EUA

Sistema de seguro rural

Horrys Friaça Silva

DENTRE TODOS os temas que acompanho, certamente, o sistema norte-americano de seguro rural é o que desperta maior interesse entre as delegações do agronegócio que recebo nos EUA.

Pois bem. O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) administra o Programa Federal de Seguro Rural, o qual estabelece as regras e parâmetros financeiros dos seguros que serão comercializados por bancos e entidades privadas (quinze, atualmente) para produtores rurais (pessoas físicas ou empresas), mediante subsídio governamental para o custeio do prêmio das apólices.

O produtor tem à sua disposição modalidades de seguro que cobrem perdas na produtividade esperada para a cultura, no preço estimado para a comercialização e, também, a combinação dos dois fatores, que resulta na receita produzida pela área assegurada.

A cobertura proporcionada por tais apólices pode variar entre 50% e 85% da receita projetada. Atualmente, o governo dos EUA subsidia, em média, 77% do prêmio de apólices com cobertura de 75% da receita nos diversos programas (125 culturas e 300 tipos de apólices comercializadas). Contudo, no que se refere ao milho, o subsídio governamental chega a 91% em apólices para cobertura entre 70% e 85% e a 70% nas apólices para cobertura entre 75% e 85% da receita assegurada. Para soja, o subsídio seria equivalente a 89% e 68%, respectivamente, para os mesmos percentuais de receita assegurados.

Nesse contexto, os seguros de receita têm sido os mais procurados, tanto pela maior variedade de fatores cobertos pela apólice, como também pelo nível de subsídio governamental ao prêmio. Sem subsídio, tais apólices seriam inacessíveis à maioria dos produtores. Dentre as apólices que asseguram receita, pode-se escolher entre a que considera o preço estimado, antes do plantio, ou aquela que calculará a indenização, com base no maior preço alcançado para a comercialização do cultivo assegurado. Trata-se, portanto, da opção mais vantajosa para o produtor e, consequentemente, a mais comercializada, justamente por ser também a mais subsidiada.

Ao longo dos anos, o nível de subsídio governamental sobre o prêmio das apólices subiu consideravelmente, de 16,9%, em 1980, para os 77% da lei agrícola vigente. Tal incentivo estimulou um crescimento vertiginoso na compra de apólices e abrangência do programa (45 milhões de acres e US$ 6 bilhões assegurados, em 1981, para 262 milhões de acres e US$ 113 bilhões, em 2011).

Apesar das críticas de alguns setores, o Programa Federal de Seguro Rural é a base da rede de segurança disponível ao produtor rural norte-americano, e a tendência é que ele seja expandido, justamente pela garantia de receita proporcionada. Mesmo com a maior seca dos últimos trinta e cinco anos, a renda do produtor rural norte-americano nunca esteve tão elevada como nos últimos anos. A seca gerou US$ 11,58 bilhões em indenizações pelo seguro rural, em 2012, 6,8% a mais do que no ano anterior (US$ 10,8 bilhões); em 2010, foram apenas US$ 4,25 bilhões.

Por conseguinte, apesar dos cortes previstos no orçamento da próxima Lei Agrícola dos EUA (Farm Bill), projeta-se a transferência de recursos de alguns programas que serão extintos (Pagamentos Diretos e Contracíclicos) para a criação de novas modalidades de seguros, que cobrirão aquela parcela de receita, acima de 85%, que as apólices atuais não cobrem. Tais modalidades novas, apelidadas "Shallow Losses", deverão contar com até 80% de subsídio governamental sobre as apólices. Prevê-se, também, a extensão das modalidades atuais, como também das novas, para outras culturas, inclusive para frutas e hortaliças ("Specialty Crops").

Para os países em desenvolvimento, que não contam com recursos para subsidiar de maneira equivalente seus programas de seguro rural, tal tendência pode ser preocupante e significar perda de competitividade. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido agrícola junto à Embaixada do Brasil em Washington

Segurança ou opção de investimento?

Os críticos do programa argumentam que o nível do subsídio governamental oferecido estimula a compra das opções mais vantajosas e caras e que acaba anulando, virtualmente, os riscos financeiros ligados à atividade e distorcendo a produção e os mercados. Para tais críticos, os generosos subsídios tornaram o seguro rural mais parecido com um programa de suporte de renda do que com uma ferramenta de gestão de risco. Alegam também que, devido à excessiva cobertura oferecida, os produtores acabam assumindo riscos agronômicos maiores, pois a eventual quebra de receita pode gerar um retorno financeiro equivalente ou até mesmo maior do que o previsto. Além disso, como a indenização dos seguros é maior do que o subsídio governamental para a manutenção de área de conservação privada (US$ 50,00 por acre), acaba sendo mais vantajoso incorporar novas áreas do que mantê-las nos programas de conservação – ainda que a aptidão destas áreas para o cultivo seja menor.